



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO IX - Nº 153 - 1ª QUINZENA DE JUNHO DE 1998 - R\$ 1,00

**Nada de ficar faminto diante  
das riquezas dos capitalistas!  
Todo apoio aos saques!  
Pôr abaixo o Plano de Fome  
e desemprego de FHC!**



**O eleitoralismo é veneno  
para as lutas das massas.  
Rechacemos a frente eleitoreira  
de colaboração de classes.  
Por uma Frente  
Única Antiimperialista**

## **A luta revolucionária na Bolívia**

**Todo apoio à greve  
nas universidades federais!**

**5º Congresso dos  
Estudantes da USP  
4 a 7 de junho de 1998**

**A polarização se dá em torno da  
defesa da universidade pública**

**GREVE GERAL PARA DERROTAR O PLANO DE FHC!**

# Quinzena do Movimento Operário

## Borracheiros ocupam fábrica da Duplex

Para não levar calote, operários da Duplex Artefatos - fabricante de autopeças de borrachas, em Santo Amaro, ocuparam a fábrica para impedir a retirada de máquinas e equipamentos. O patrão caloteiro estava sumindo com as máquinas durante os fins-de-semana, mostrando que a classe capitalista, para aumentar o lucro e para dar calote nos operários, fecha fábricas na calada da noite para reabri-la em outro lugar, onde possa continuar explorando outros operários pagando menores salários. O objetivo da classe capitalista é sugar a vida da classe operária, fazendo com esta trabalhe até a morte. A resposta da classe operária é clara: ocupação da fábrica. Porém, enquanto as ocupações forem feitas isoladamente, esses sanguessugas procurarão descarregar o peso de suas crises sobre a classe operária. O objetivo de expropriar todo o sistema de produção das mãos da classe capitalista, pela insurreição armada, colocará todo o setor produtivo sobre o controle da classe operária, que por sua vez terá por objetivo acabar com a anarquia da produção através da eliminação da propriedade privada. É preciso impor o **controle operário da produção**.

### Ocupação da Fábrica Pierre-Saby obriga patrão a rever demissões.

Os trabalhadores da Pierre-Saby ocuparam fábrica e obrigaram patrão a rever as demissões de 60 operários, anunciadas no início do mês. Aqui também a classe operária está

mostrando que só através de seus próprios métodos pode enfrentar os ataques dos capitalistas às suas condições de vida. A crise de superprodução que coloca milhões de operários na ruas, só poderá ser combatida de maneira conseqüente, para que a crise capitalista não recaia sobre as costas dos trabalhadores, através da implantação da **escala móvel de salários**.

### Motoristas e cobradores decidiram adiar a greve e manter as paralisações relâmpagos

Motoristas e cobradores de São Paulo, que lutam pela redução da jornada diária de sete horas e 10 minutos para seis horas e 40 minutos e reajuste salarial de 19,92%, apesar de recusarem a proposta patronal, decidiram, em assembléia, não entrar em greve e mantiveram as paralisações relâmpagos e outras formas de protestos. Aceitaram reajuste salarial de 4%, mas pretendem continuar as mobilizações até conquistarem outros itens de sua pauta de reivindicações, como a redução da Jornada de trabalho. Entendemos, no entanto, que para arrancar suas reivindicações dos patrões, é preciso que a luta se dê no terreno das mobilizações e das greves. Nada de negociações e de colaboração de classe.

### Motoristas Param No Centro De São Paulo

Os motoristas e cobradores de quatro linhas da empresa Masterbus que operam no terminal Parque Dom Pedro paralisaram o Viaduto Mercúrio, no centro de São Paulo, em protesto contra a empresa, que vem atrasando constantemente o pagamento dos trabalhadores, adiantamentos quinzenais e horas-extras.

### Peão Cruza Braços E Exige Reajuste Salarial

Os trabalhadores da construção civil de São Paulo ameaçam parar as grandes empresas do setor de pinturas e de instalações elétricas e hidráulicas, reivindicando reajuste salarial.

### AMEaça De Greve Na Plastkung

Os 130 trabalhadores da Plastkung, na Mooca, prometem entrar em greve por conta do atraso do pagamento salarial, que já deveria ter sido pago. A empresa também não

recolhe o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

### Metalúrgicos Garantem Participação Nos Lucros

Os funcionários da TRW, de Santo André, aprovaram proposta de acordo para pagamento da participação nos lucros ou resultados (PLR) deste ano. Os operários receberão, em média, 1000 reais que deverá ser pago em parcelas.

### Funcionários Da Dersa Fazem Greve E Conseguem Reajuste De 3,15%

Os funcionários da Companhia de Desenvolvimento Rodoviário S/A (DERSA) fizeram uma greve de dois dias e conseguiram arrancar um reajuste salarial de 3,15% e extensão do aumento para outros benefícios como vale-transporte e vale-refeição.

### Funcionalismo Público

Funcionários estaduais da Saúde estão em greve desde o dia 21/5

Funcionários públicos da saúde entraram em greve para protestar contra o descumprimento de parte de acordo feito no ano passado com o Governo Estadual. Exigem aumento do valor do vale-alimentação de 2 reais para 8,40 reais e contratação de funcionários por concurso público e pagamento de piso salarial por níveis, instalação de creches nos locais de trabalho e fim das terceirizações no serviço público e regulamentação da jornada de 30 horas para todo o pessoal da administração e 20 para trabalhadores na área de radiologia. É preciso impulsionar a greve através da unificação de todo o funcionalismo público, para pôr abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC, que ataca não só a vida dos servidores da saúde, mas do funcionalismo público em geral, da classe operária e demais explorados.

### Greve das Universidades Federais

A greve nas Universidades Federais iniciada dia 31 de março, já completou dois meses. A reivindicação é de reajuste salarial de 48%. O governo está fazendo de tudo para acabar com a greve: cortou os salários dos grevistas, ameaçou com intervenção e propôs reajuste diferenciado. O comando de greve recusou o aumento diferenciado, ignorou a ameaça de intervenção e decidiu manter a greve, mesmo sem receber os salários. En-



tendemos que a vitória da greve nas universidades está condicionada pela necessidade de derrubada integral do plano de fome e miséria de FHC, através da construção da **Greve Geral por Tempo Indeterminado..**

### **Burocracia Enterra Greve Dos Professores Estaduais E É Escorraçada Da Assembléia**

A greve dos Professores da rede estadual de ensino deflagrada contra a decisão do governo de demitir ao final do ano letivo os professores contratados em regime temporário, os ACTs, foi encerrada. A burocracia não fez nada para impulsionar o movimento, pois temia que o mesmo ganhasse força e passasse por cima de sua política traidora e de negociatas

com o governo. A burocracia morre de medo do levante de massas e trabalha para enterrar qualquer movimento que possa ganhar esse caráter. A pelagada acabou com a greve, mas teve que sair correndo para não apanhar dos professores.

### **Estudantes Protestam E Param Ruas Do Rio**

Aproximadamente 500 estudantes universitários e secundaristas pararam no dia 27/05 o trânsito de vários pontos do Rio, em protesto contra a política educacional do Governo FHC. Os estudantes enfrentaram a polícia com pedras e queimaram pneus, quando esta tentou forçar os estudantes a desobstruir as vias.

### **Protesto De Aposentados Contra Reajuste De 4,81%**

Aproximadamente 800 aposentados de todo o país fecharam ruas de Santos e denunciaram perdas de até 47% em suas aposentadorias. O protesto se colocou abertamente contra a política antinacional e antipopular do governo, que atinge a classe trabalhadora em todos os níveis, sem exceção. É preciso levantar a bandeira de derrubada integral do plano de fome e miséria de FHC. **Por um salário mínimo de 1.800 reais, inclusive para os aposentados.**

Nacional

## **Rechaçar o assistencialismo e organizar a luta dos explorados**

Os saques continuam a repercutir politicamente. O governo atua em duas direções complementares. De um lado, reprime as lideranças do MST, prende alguns dos saqueadores e põe o exército para proteger os caminhões de alimentos nas estradas; de outro, intervém com as cestas de alimentos e com as tais das frentes produtivas.

O assistencialismo do estado e a exploração dos flagelados nas "frentes produtivas" (estes recebem 50 reais) não resolvem absolutamente nada diante da extensão da fome, que se estima atingir dez milhões de nordestinos. Quanto à repressão, as massas famintas estão dispostas a enfrentar a polícia, que tem sido obrigada a recuar ou a massacrar. A orientação, por enquanto, é de recuar.

Com as eleições que se aproximam, uma chacina seria desgastante tanto para o governo federal quanto para os estaduais. Em parte, a situação política explica a tolerância da burguesia frente aos saques. Mas que poderá acabar se o movimento se expandir.

Para se evitar um maior confronto dos trabalhadores famintos com o governo, as igrejas e a esquerda reformista contribuem com a campanha de alimento. Tiram dos pobres para dar aos miseráveis. Aproveitam-se da generosidade da população explorada para amortecer o conflito e obscurecer tanto a raiz capitalista da fome quanto a responsabilidade do governo burguês.

A esquerda eleitoreira se aproveita da situação para fazer proselitismo, alimentando a ilusão de que através de um novo governo se poderá solucionar a fome. Da mesma forma o governo usa o motivo da disputa eleitoral para acusar seus adversários de serem responsáveis pelos saques, um argumento voltado a justificar a repressão.

Todo esse componente político-ideológico mascaram que o flagelo não é de agora e que não se circunscreve ao nordeste. A seca apenas agravou a penúria dos milhões de camponeses. Nos centros urbanos, o flagelo também golpeia milhões de desempregados e de famílias que sobrevivem com o salário mínimo, que sequer compra uma cesta básica de acordo com as necessidades alimentares. O crescente desemprego, tanto no campo quanto na cidade, e o salário mínimo de 130 reais são os responsáveis diretos pela miséria e o flagelo da fome. Mais de 30 milhões vivem abaixo da pobreza absoluta.

Esse número vem crescendo com o desemprego e o aumento da concentração de riqueza e propriedade. Tanto

o desemprego, subemprego, quanto o salário mínimo de fome são, por sua vez, consequências do capitalismo putrefato. Os capitalistas estão obrigados a intensificar a exploração. E a concentração de capitais segue a lei de funcionamento do regime econômico.

O Plano Real que congelou os salários, manteve o salário mínimo no patamar mais baixo de sua história, bloqueou o crescimento e destruiu conquistas sociais está aí para proteger os capitalistas da crise. O acúmulo da miséria em um pólo e de riqueza em outro conduz à uma enfurecida luta de classe.

Os saques são a forma mais primitiva de confisco popular. Mostram como os explorados estão irremediavelmente obrigados a se utilizarem da ação direta para sobreviver. É uma resposta à barbárie. Porém, é um meio limitado com resultados também limitados. Expressam o desespero do flagelo e a desorganização dos explorados.

A burguesia não vê tanto perigo em si nos saques, mas sim nas lições que trazem. Ou seja, que as massas podem expropriar o capital. O limite dos saques está em que se circunscreve ao confisco de alimentos, não atingindo a propriedade privada dos meios de produção. Mas mostram que a via de desapropriação revolucionária é o único caminho de defesa dos explorados.

Uma ala da Igreja incentiva os saques objetivando que o governo amenize o flagelo. Ao mesmo tempo age com o assistencialismo para barrar o avanço das lutas. Tais forças procuram cercar a explosão social latente com os meios da própria sociedade burguesa, como campanha de alimentos etc. A burocracia sindical, por seu turno, mantém os sindicatos isolados do movimento dos flagelados. A casta de dirigentes age de acordo com a política reformista ou francamente pró-governo. A CUT expressa a política reformista do PT. A Força Sindical atua de



acordo com a política dos partidos burgueses oficialistas. Todos estão obrigados a dizer que apóiam os saques e que cabe ao governo resolver o problema da fome. Mas não passa de um apoio formal, circunstancial e limitado, uma vez que frente à morte pela fome seria reacionarismo total condená-los. Até o governo admite que a busca de alimento é consequência inevitável. Tudo se resume em não organizar os saques. Assim, em torno dos acontecimentos,

abriu-se um debate governo/reformismo opositor e governo/Igreja cujo teor é como amenizar o flagelo com cesta de alimentos, frentes de trabalho e campanhas solidárias.

O componente eleitoral não poderia deixar de estar presente. Como se vê, sobre a barbárie social, as forças inter-burguesas se chocam e ao mesmo tempo se complementam em torno do objetivo de que é preciso manter o equilíbrio do sistema de exploração.

O desenvolvimento ainda embrionário do partido revolucionário ressalta a crise de direção frente à situação objetiva de crise

econômica e agudização da luta de uma parcela dos explorados. Comparece a necessidade de organizar as massas diretamente contra o governo e os capitalistas, sob uma plataforma de luta da maioria explorada e sob a estratégia de poder do proletariado.

A resposta ao desemprego, congelamento salarial, salário mínimo de miséria e ao flagelo da seca só pode ser efetivo se se unificar as massas em torno do proletariado. Um plano de luta contra a fome implica a defesa do salário mínimo real de 1800 Reais com escala móvel de reajuste, quebra do congelamento salarial, implantação da escala móvel das horas de trabalho e entrega imediata das terras férteis e irrigadas aos camponeses pobres.

Fora dessa resposta não há como enfrentar a crescente miséria. Só pela luta de classes, unitária e revolucionária, os explorados terão como resistir à crescente barbárie social.

Nesse momento de choque, a tarefa consiste em organizar os comitês contra o desemprego, o flagelo e a política antinacional e antipopular do governo burguês, de forma que as bases assumam as reais bandeiras de defesa da vida e de luta anticapitalista.

## Manifestações em Genebra mostram a verdadeira face do neoliberalismo

Durante sua última visita a países europeus, o presidente FHC passou por Genebra (cidade da Suíça) que possui algumas das sedes de grandes organismos internacionais como a ONU, o GATT, a OIT e a OMC, entre outras.

Um dia antes de sua chegada, a pacata cidade viveu horas de muita agitação social. Cerca de 10.000 pessoas fizeram uma manifestação com pichações, incêndios de carros, quebra de vitrines e vidraças. O ataque foi contra os "símbolos do capitalismo" (FSP 18/05).

Foi uma manifestação contra o desemprego e contra a globalização que, segundo o grupo que a organizou (uma ONG chamada AMP, Ação Mundial dos Povos), a globalização tem criado mais desemprego e desigualdades. O alvo principal era a sede da

OMC (Organização Mundial do Comércio) que garante os acordos multilaterais entre países e que, na data, comemorava seus 50 anos.

A radicalização com que se tornou a manifestação demonstrou que os efeitos da chamada "globalização" (termo que na verdade mascara o verdadeiro nome das políticas implementadas pelo imperialismo: neoliberalismo) atinge a todos os trabalhadores (inclusive num país como a Suíça, conhecido como um "paraíso capitalista" para se viver).

Ao desembarcar em Genebra, para as comemorações dos 50 anos da OMC, Fernando Henrique disse que a globalização é um fato e nada pode ser feito para barrá-la. Isso demonstra a total subserviência desse governo diante dos ditames das nações imperialistas (o presidente chegou a negar que o desemprego tenha haver com isso). A política interna do governo expressa essa subordinação ao capital estrangeiro e reflete-se também nas medidas que precisa tomar para se manter o poder (política cambial e de juros, para segurar o plano real, repressão militar aos saques e às ocupações do MST, etc.).

Enquanto os "arautos" do neoliberalismo já dão mostras do fracasso desse projeto político, propondo uma

"terceira via", (como é o caso do primeiro ministro Tony Blair que, diante dos índices de desemprego na Inglaterra e Europa em geral, procura criar um meio termo entre o neoliberalismo e a social-democracia), o governo brasileiro tenta criar a imagem de país com democracia estável e sem grandes problemas sócio-econômicos.

É preciso ficar atento a alguns fatos recentes, por exemplo: o voto do parlamento europeu (480 a favor e somente 8 contra) condenando os termos em que o MAI (Acordo Multilateral sobre Investimentos) está sendo conduzido. Com um conteúdo extremamente "liberalizante", esse acordo "não teria apoio social", dizia um dos membros franceses. Ou ainda ao fato de mesmo o sindicalismo mais atrelado aos patrões, como o norte-americano (AFL-CIO) que se opôs, juntamente com o Congresso Americano, à aprovação do "fast track", que daria ao presidente Bill Clinton plenos poderes de negociar a criação de "mercados comuns", como a ALCA, por exemplo.

Portanto, as manifestações de Genebra, na Suíça, demonstram o caminho que os trabalhadores têm de seguir. Tomar as ruas e demonstrar, à luz das reivindicações mais instintivas, o caminho contra o neoliberalismo.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS**

**O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN



# Lula avança nas pesquisas eleitorais.

## O PT se compromete a preservar os interesses dos capitalistas para ganhar-lhes confiança

As pesquisas eleitorais indicaram que o candidato da frente popular, Lula, está prestes a alcançar o candidato oficialista, FHC. Nos grandes centros, a pesquisa foi favorável a Lula. Acompanhando o questionário eleitoral, vieram perguntas sobre o governo e seu plano. Atestou-se queda na popularidade do governo e crescimento da rejeição ao Plano Real, identificado com o desemprego e congelamento salarial.

A pesquisa serve de alerta para a aliança governamental agir com presteza, utilizando-se do poder do Estado e dos capitalistas para reverter a tendência eleitoral pró-Lula/Brizola. Por outro lado, também serve de pressão para que a frente popular se adapte mais aos interesses burgueses.

Faz poucos dias, a cúpula petista procurou tranquilizar os investidores estrangeiros no sentido de que nenhuma mudança significativa em seu governo afetaria as relações do Brasil com as potências imperialistas. Se a tendência eleitoral favorável persistir, a frente popular irá ao encontro dos capitalistas mostrar as vantagens de um governo reformista, que tem a CUT em suas mãos.

O programa do reformismo não é antiimperialista. Coloca-se na órbita do grande capital nacional e internacional, ainda que tenha o objetivo utópico de discipliná-lo. É claro que se tingem de cores opositoras ao neoliberalismo. Faz demagogia em torno da solução da miséria, do analfabetismo, do desemprego etc. O que atrai uma camada das massas.

O mais importante da pesquisa é que revela o descontentamento das massas com o Plano Real. As ilusões nas vantagens da estabilização estão se desfazendo com a escalada do desemprego, o arrocho e as reformas antipopulares. Trata-se de um importante sintoma vindo da experiência das massas, que ficaram à espera dos resultados e contidas pela política de freio da burocracia sindical.

Depois da quebra da greve dos petroleiros, a única manifestação proletária que desafiou o governo, as principais camadas da classe operária não conseguiram se levantar contra o plano, apesar dos momentos de relativo ascenso. Certamente com a contribuição da burocracia sindical, que passou a se apoiar no desempre-

go massivo para justificar a inércia dos sindicatos.

Esse processo vem se esgotando com o aumento da crise social. Os trabalhadores começam a ver que não mais podem permanecer quietos frente a um governo que os golpeia diariamente. Também sentirão com mais nitidez a política traidora da burocracia sindical. As tendências de luta virão à tona. É claro que poderão comparecer em forma eleitoral, mas isso não é automático. A intervenção do poder econômico será um fator determinante na situação.

Do ponto de vista revolucionário, trata-se de combater as ilusões eleitorais, que serão alimentadas por todos os partidos e trabalhar pelas reivindicações dos trabalhadores e da organização da ação direta.

### Crise no PT

A decisão da base militante do PT do Rio em entrar na Justiça para assegurar a candidatura de Vladimir Palmeira é mais um episódio da crise no PT. Alega-se que os Estatutos do partido asseguram autonomia das zonais para decidir a candidatura regional, não podendo o Encontro Nacional se sobrepor.

Uma parcela da direção da corrente Refazendo, que sustenta Palmeira, se colocou contra a entrada de recurso, com o argumento de não prejudicar a candidatura Lula. Perdeu na plenária dos petistas.

Para a direção nacional, tal medida não modificará em nada a anulação da convenção do Rio. De qualquer forma, representa a continuidade da crise, que poderá se converter em uma cisão futura.

Há um aspecto que interessa como fenômeno político. A estrutura partidária do PT é de partido burguês, ou seja, adaptado ao Estado e à sua legalidade. Ao mesmo tempo que constitui uma federação de grupos, é centralizado burocraticamente, o que explica sua progressiva "oligarquização".

A autonomia federativa tida como democrática mostrou-se ineficaz diante da centralização burocrática. O federativismo serve para acomodar até certo ponto as camarilhas e caciques que disputam o poder partidário. É própria de partidos eleitoreiros.

A ala Refazendo, ao recorrer à justiça burguesa para sustentar a decisão regional, mostrou o quanto todos dependem da legalidade estatal. O burocratismo do tal do "partido de massa", assim chamado pelos reformistas ao se oporem ao partido de quadros (leninista), é próprio de qualquer partido integrado ao Estado burguês.

A ilusão da esquerda pró-Vladimir de que, se ganhasse a Convenção, esta seria respeitada, logo se desfez. Só lhe restou seguir o caminho oferecido pela legalidade burguesa, apoiando-se assim no intervencionismo estatal para solucionar um problema interno ao partido. O interessante é que a camarilha dirigente nacional acusou a esquerda de se apoiar na justiça, estranha aos problemas internos do partido, que só a militância pode resolver.

Esta é mais uma lição à militância honesta petista de que deve romper com tal prática política e se colocar pela construção do partido revolucionário, totalmente independente do Estado, organizado em torno do programa, baseado na elaboração coletiva da linha política, estruturado a partir de células, regido pelo centralismo democrático e delimitado pelo trabalho legal e ilegal (clandestino, para se proteger da repressão). Um partido dessa natureza tem por estratégia a revolução e ditaduras proletárias e por tática a ação direta das massas.

Nacional



# Por que não podemos constituir uma frente com o PSTU?

Inevitavelmente teria de surgir a pergunta de por que o POR não apóia a candidatura do PSTU, uma vez que este não está com a frente popular e se constitui em uma corrente de esquerda, inclusive que se reivindica

marxista. Afirma-se que é progressivo o seu descolamento da frente popular. De fato, tomado isoladamente é o que parece. Mas não podemos nos basear nessa aparência para apoiá-lo nas eleições.

Ocorre que o PSTU não rompeu com o re-

formismo petista. Fez campanha por uma frente dos trabalhadores direcionada ao PT, defendendo um programa mínimo, que não ultrapassa o reformismo. E é com essa posição que atuará nas eleições.

O problema não pára no programa. O PSTU se colocou por estabelecer coligações eleitorais com o PT em nível regional. E certamente chamará o voto na frente Lula/Brizola no segundo turno, caso a frente popular alcance-a. A luta contra o fretepopulismo e o reformismo conservador não faz parte da linha do PSTU.

Por fim, essa corrente não se dispõe a discutir com as correntes de

esquerda não reformistas e, particularmente, com o POR um programa e o caráter de uma frente para atuar nas eleições. Nessas condições, apoiar o PSTU porque desta vez lançou candidatura própria é se adaptar ao centrismo e ao seu caprichoso zigzag.

É claro que uma parcela da militância do PSTU acha que toda esquerda deveria apoiá-lo. Entretanto, não se animou contrariar sua direção burocrática, que não aceita convocar plenárias para com as demais correntes para se discutir o programa e a tática.

Nacional

## Eleições e Crise

Neste começo de junho, as manobras eleitorais estiveram marcadas pelos seguintes fatos: 1. O tremendo déficit público e o crescimento desenfreado do endividamento; 2. A importância dos saques na situação nacional; 3. O crescimento eleitoral de Lula; 4. O rompimento do PTB com a coligação pró-reeleição; 5. Ameaça de candidatura de José Sarney

No primeiro caso, evidencia-se a falência do Plano Real. Este sustenta-se às custas de artifícios, como as altas taxas de juros, privatizações e aumento da arrecadação de impostos. Enquanto a arrecadação cobre uma parte do déficit público, as altas taxas de juros criam novos rombos. Combinados com o desequilíbrio comercial, a falência das contas públicas se torna explosiva. Os especuladores passam a temer a quebra, como no México e sudeste asiático. Pressionam para que as privatizações sejam aceleradas e que sirvam de fonte de alta lucratividade.

O lastro do governo está na entrega das estatais. Uma parcela da burguesia nacional começa a questionar essa via, enquanto outra pressiona para que o governo seja mais incisivo no entreguismo. Nesse sentido, um choque interburguês está a caminho. O momento eleitoral é propício para as frações capitalistas fazerem exigências. As forças mais significativas do capital estão ainda com FHC, mas não passivamente. Reagem frente à crise e os perigos de quebradeira que se avizinham. A ascensão eleitoral de Lula/Brizola serve de instrumento para as pressões e contrapressões.

No segundo caso, a frente popular lulista procura capitalizar eleitoralmente, mostrando a inoperância do governo, que sabia da seca e nada fez para evitar o flagelo. Dessa maneira, os reformistas obscurecem as causas reais da fome, que é a exploração capitalista e a estrutura latifundiária dominante. Em resposta, o governo lança uma proposta ao MST de trégua nas ocupações, para se implantar um plano de solução do flagelo. Como se vê, por todos lados se manipula com a vida dos trabalhadores.

No terceiro caso, o crescimento eleitoral de Lula é rebatido pelo governo como um perigo de caos e de fuga de capitais. Logo grandes expoentes da

burguesia rebatem tal avaliação afirmando que Lula não é visto como um perigo à estabilidade. E que o perigo está na própria inércia do governo em não entregar logo as estatais e modificar alguns aspectos do Plano. Porta vozes da frente popular imediatamente prometem que a vitória de Lula não será traumática para a economia, pois não atentará contra a estabilidade da moeda e contra os interesses gerais dos investidores. Pelo contrário, segundo eles, as mudanças na política econômica virão para melhor porque combinará estabilidade monetária com crescimento, amenizando o desemprego. Está aí o jogo de pressão e contrapressão no âmbito da política burguesa.

Quarto caso, rompimento do PTB, é fruto das desavenças do banqueiro J. E. Andrade Vieira que se quebrou quando ainda era ministro de FHC. Este exigiu vantagens que a coligação oficial não pôde conceder. Frente à queda de popularidade eleitoral de FHC e ao descontentamento de alguns setores capitalistas com os resultados do Plano Real, o chefe do PTB rompeu a aliança prometendo apoiar Ciro Gomes. A ala pró-governista do PTB promete reverter a decisão na Convenção partidária.

Quinto caso, a ameaça de José Sarney, objetiva bloquear a ascensão de Lula. Segundo as pesquisas, 30% do crescimento da frente popular se deve a eleitores do PMDB. Os estrategistas analisam se o avanço de Lula é um fenômeno conjuntural ou não. E se o governo conseguirá contornar a quebra do Plano Real a ponto de se sustentar eleitoralmente ou não. A ala pró-governista do PMDB não vê razão para as movimentações de Sarney. É mais um lance das pressões, que mostram as dificuldades da burguesia em solucionar a continuidade da política econômica vigente com as mesmas forças partidárias.

Toda essa maquinação tem um objetivo comum: aumentar a pressão sobre os explorados para arrastá-los por detrás da disputa interburguesa. Já estão preparando os meios para conter os saques. Assim que a campanha eleitoral ganhar plenitude, todos estarão juntos contra a luta direta dos trabalhadores. O POR estará defendendo um programa de luta antiimperialista e anticapitalista. Estará se batendo contra o eleitoralismo e trabalhando pela organização da ação direta.



# Mais uma vez a trama da Previdência

O governo, para vencer a votação da reforma da Previdência, distribuiu dinheiro para os parlamentares aliados. Seu objetivo, nesta última votação, era o de estabelecer a idade mínima de 60 anos para homens e 55 para mulheres no caso específico dos servidores públicos. De forma que os novos contratados pelo Estado entrarão sob esse novo regime. Só se aposentarão quando contribuírem 35 e 30 anos e quando alcançarem a idade mínima. Combina-se assim o tempo de contribuição com o teto de idade.

O projeto do governo era que tal critério valesse para todos trabalhadores, mas devido às divergências conjunturais no seio da coligação este

foi adiado. Significa que logo mais, se Fernando H. Cardoso for eleito, o governo voltará à carga.

A necessidade da burguesia obrigar os assalariados a trabalharem mais tempo e contribuírem mais é sintoma da crise capitalista. Não há outra saída para o capital senão aumentar a taxa de exploração. O maior sacrifício da vida das massas é a salvação do capital.

O alarmante é como a burocracia sindical da CUT, e não é preciso dizer da Força Sindical, tem paralisado os sindicatos frente a tamanho ataque. A orientação dessa casta corrompida é de se evitar os métodos de luta do proletariado, ou seja, o da luta de

classes, condicionar os trabalhadores à idéia de que a saída são as eleições. Seu lema é "votar bem".

A burocracia incentiva as ilusões dos explorados no parlamento da burguesia e no poder do Estado, como se esse aparato de dominação dos capitalistas pudesse ser colocado a serviço dos oprimidos. Com essa política, os burocratas amordaçam os sindicatos. Os partidos da burguesia e o governo se vêem de mãos livres para impor a reforma antinacional e antipopular.

Nacional

## Rondônia

Reproduzimos abaixo uma nota distribuída pela CPE em Rondônia:

### Em Defesa da Escola Pública E Contra A Política De Privatização do Ensino Do Prefeito Chiquiloto

A profunda crise mundial do sistema capitalista que a cada dia vem esmagando as massas no mundo inteiro aprofunda o índice de desemprego e miséria em todo país. Os projetos entreguistas do governo FHC (PSDB) atende aos interesses antinacionais e antipopulares dos países imperialistas (EUA), que são implementados nas semicolônias como o Brasil através dos organismos internacionais gestores das políticas imperialistas (ONU, UNICEF, UNESNO, Banco Mundial etc.), administradores da atual crise econômica na tentativa de manter em pé o sistema apodrecido.

No Estado de Rondônia, os efeitos desta política são postos em prática pelo governo estadual Raupp (PMDB) e municipal Chiquiloto (PDT) e demais prefeitos, quando estimulam a privatização dos serviços públicos, pagam salários de miséria, atrasam salários dos servidores, contribuem para aumento de desemprego no Estado e Municípios e insegurança no trabalho, contratando temporariamente os serviços públicos, beneficiando empresas privadas nos mais variados ramos de serviços públicos.

O prefeito Chiquiloto, além de manter os salários dos servidores congelados, ameaça dobrar jornada de trabalho dos trabalhadores em educação (professores e demais funcionários) e com o desemprego aqueles que se mobilizarem. Utilizando-se ainda do argumento da instabilidade do serviço público; busca manobrar os funcionários municipais, impondo um abaixo assinado como instrumento para "manter à assistência à saúde pública municipal" por parte dos funcionários.

É importante compreendermos que devemos nos unir e fortalecermos a luta contra o nosso inimigo comum (o sistema capitalista de produção), representado pela classe burguesa nacional e internacional, que esmagam os trabalhadores. É preciso unificar as lutas em todas as instâncias da educação e dos demais serviços, apoiando o MST e acatando os métodos de ação direta das massas

(greves, ocupações, mobilizações de rua, saques etc.).

É preciso acirrar a luta contra esta situação, defender a luta unificada dos servidores estaduais, municipais e federais e assumirmos os métodos de ação direta das massas para barrar os projetos de massacre dos trabalhadores impostos pelo imperialismo e posto em prática pelo governo federal, estaduais e municipais.

Lutemos também:

Pela reposição imediata dos Salários dos Servidores Públicos Municipais;

Pelo não Desconto dos 10% da Previdência Municipal (IPAM), Estadual (IPERON);

Por um Salário Mínimo Vital de R\$ 1800,00;

Contra o Desemprego e Contratos Temporários;

Em Favor da Escala Móvel de Trabalho e Salário;

Pela Expropriação da Rede Privada de Ensino, por uma Educação Pública, Gratuita e Laica e Enraizada na Produção Social;

Pela Expropriação dos Latifúndios sem Indenização e Distribuição de Terras para os Camponeses Pobres;

Em Favor dos Saques como Forma de Expropriação da burguesia;

Pela Construção dos Tribunais Populares para Punir e pôr Fim aos Crimes da Burguesia;

Pela Formação da Frente Única Antimperialista e Anticapitalista;

Pelo Governo Operário e Camponês e Ditadura do Proletariado.



# Política e sustentação financeira

Não é a primeira vez que a imprensa burguesa publica matérias sobre o financiamento externo do MST. Agora o faz com minuciosa contabilidade. A direção do MST declarou que recebe 330 mil dólares por mês. As instituições financiadoras são de Igrejas e governos sociais-democratas, a exemplo da Holanda. Como não poderia deixar de ser, as ONGs estão envolvidas amplamente em tais relações. E não só o MST recebe contribuições, também a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O vínculo mundial das Igrejas com o movimento camponês é intenso. Justificam que estão empenhadas em resolver o problema da fome através da reforma agrária. Advogam que a pressão sobre os governos é a via para se solucionar os problemas das massas camponesas. Assim, influenciam o movimento camponês.

Dois entidades internacionais estão à frente de campanhas: a "Rede de Informação e Ação pelo Direito de Alimentação" (Fian), sediada na Alemanha, e a "Via Campesina", com sede em Honduras. O MST está vinculado a esta última.

Esses dados reforçam a informação sobre a grande ascendência da Igreja no movimento dos sem-terra no Brasil. E, pelo que parece, em toda América Latina.

Considerando isoladamente as lutas ocorridas, as ocupações e os choques com o governo, nada haveria que criticar. A reportagem vem justamente no sentido de denunciar o financiamento do MST, responsável pelos conflitos com os latifundiários e o governo. E vem no momento em que os saques estão na ordem do dia. O que quer dizer que a burguesia está apreensiva com o fortalecimento da luta de classes no campo.

O problema do financiamento se evidencia quando vemos o objetivo programático do MST. Este se limita a reivindicar soluções no interior do capitalismo. O seu dirigente mais expressivo, Stédile, é claro em suas colocações a respeito da reforma agrária. Trata-se apenas de ocupar terras improdutivas ou estatais. Não se pensa em liquidar com o poder latifundiário e pôr fim à opressão geral sobre os camponeses pobres, constituídos de milhões de minifundiários, perante os quais os sem-terra são minoria.

As Igrejas que financiam o MST vêm a fome como uma mera distorção do capitalismo atrasado. O que lhes é conveniente, uma vez que fazem parte do regime capitalista de produção e têm suas sedes em países imperialistas.

A realidade é bem outra. A fome é produto do regime econômico de exploração do trabalho. E a preservação de milhões de camponeses nos países capitalistas semicoloniais, a exemplo de toda América Latina e Central, é consequência da estrutura mundial capitalista desigual e combinada. Se a burguesia não fez e não fará a reforma

agrária é porque não pôde e não poderá cumprir a tarefa democrática de libertação dos camponeses do jugo latifundiário. Equivale dizer da fome.

As Igrejas e governos imperialistas sociais-democratas financiadores exigem que o movimento camponês se limite a pressionar por pequenas reformas que não transbordem as relações de propriedade dos meios de produção. Nesse sentido, o fracasso da estratégia reformista do MST é previsível. Outras experiências na América Latina já o demonstraram, inclusive no Brasil, com as Ligas Camponesas da década de 60.

O problema do financiamento está na estratégia que os financiadores exigem dos movimentos. Não aceitam que os movimentos sociais tenham plena autonomia para travar a luta consequente contra o conjunto do capital. E ideologicamente expressam uma fração da burguesia internacional. Querem que nos países atrasados, onde a luta camponesa está presente, acreditemos que a pobreza é fruto exclusivo da trava de uma fração capitalista conservadora, que, se devidamente pressionada, dará passos em favor das reformas e, se não o fizer, uma outra fração mais progressista e menos comprometida com a oligarquia latifundiária o fará.

Não faltam setores pequeno-burgueses que pensam que uma reforma agrária limitada distribuiria renda, aumentaria o mercado interno e resolveria o desemprego. Esses setores são radicalmente opositores da luta geral contra o latifúndio. E têm suas razões. A classe burguesa é constituída de uma poderosa fração oligárquica-latifundiária. A destruição de seu poder atingiria de conjunto a burguesia industrial, financeira e comercial.

A transformação da estrutura agrária latifundiária, de forma que as terras passem para o controle dos camponeses, seria uma revolução democrática. E esta não é compatível com o desenvolvimento histórico do capitalismo mundial, no qual o Brasil se encontra inserido e condicionado.

A revolução democrática virá cedo ou tarde, mas será parte da revolução proletária. Esta é combatida ferrenhamente pelas instituições religiosas e sociais-democratas financiadoras do MST. Por detrás do financiamento, está a política, e a política que vem das metrópoles é imperialista.

Se o movimento camponês não for derrotado, terá de se emancipar dos financiadores e se constituir como força própria, mas para isso terá de procurar a aliança com o proletariado. Este, por sua vez, terá de construir a tempo seu partido revolucionário. Esta é a condição para a independência dos movimentos sociais e para a vitória dos camponeses pobres contra a burguesia latifundiária.

### Violenta desocupação

A investida militar contra os sem-terra que ocupavam a fazenda Alta Floresta, em Itaguari, a cem quilômetros de Goiânia, foi típica de uma operação de guerra: helicóptero, armamento pesado e 200 policiais para 270 famílias. Resultado: 20 presos, 8 feridos e dois desaparecidos.

Esse será o caminho da luta de classes no campo. Não se pode ter ilusões democráticas e pacifistas. Só não houve um novo massacre, como o de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, porque as condições políticas não são favoráveis.

Devemos insistir em que o MST adote a linha de constituir comitês de autodefesa e lute em favor de comitês de apoio por todo país, cuja orientação deve ser o da aliança operário e camponesa.





# 5º Congresso dos estudantes da USP

O 5º Congresso dos estudantes da USP realizou-se numa conjuntura marcada pela aplicação da reforma educacional de Covas/FHC e por movimentos de resistência a ela. Infelizmente, desde sua organização, não se colocou como um congresso para organizar a luta unitária dos estudantes e elevar sua consciência e organização. As diversas correntes de esquerda reclamaram da participação expressiva da direita (estudantes com posições claramente privatistas e pró-reforma governista). É fato. Mas foram justamente essas correntes ditas de esquerda que prepararam as condições que favoreceram o crescimento da direita, a partir do estabelecimento do tema e aprovação do regimento do Congresso, até a priorização, inclusive prática, da eleição de delegados em urna, ao invés de assembleia.

Na ocasião da discussão do regimento, num Conselho de Centros Acadêmicos, defendemos o critério de privilegiar a eleição de delegados em assembleia. Isto porque é o método ativo de participação e discussão das propostas políticas e organizativas a serem levadas ao Congresso. Para eleger delegados em assembleia, é preciso mobilizar os alunos. Ao contrário, a eleição em urna é passiva e despolitizante, privilegiando o apoio pessoal e conservador. Quando a maioria das direções de CAs presentes se colocou por privilegiar a votação em urna, abriu a possibilidade da ampla intervenção direitista. Foi o que se viu, principalmente na plenária final.

## Grupos de Trabalho

Os grupos de trabalho (GTs) debateram os principais temas do Congresso: conjuntura, educação, universidade e sociedade e movimento estudantil.

No ponto conjuntura, destacaram-se os seguintes pontos: 1) a ligação entre os problemas imediatos e a situação política. Para nós, a crise da educação está indissolivelmente ligada à reforma educacional do governo e esta é um aspecto do plano econômico de FHC. Por isso defendemos que a principal tarefa do momento é o combate por abaixo a reforma educacional e o plano de FHC. O reformismo e seus aliados colocaram que a disputa com FHC se dará pela via eleitoral. Um setor defendeu inclusive que se aprovasse o apoio a Lula. O PSTU defendeu que se aprovasse um programa voltado aos can-

didatos dos trabalhadores. Esta última nada mais é que a primeira envernizada e adaptada ao centrismo, que desta vez lançou candidato próprio à presidência. 2) Os saques e o assistencialismo. Defendemos o apoio incondicional aos saques e somos contra o assistencialismo, que joga contra os saques, preserva os interesses dos latifundiários e especuladores de alimentos e amortece o choque entre as classes. A direita se opôs aos saques e pelo assistencialismo. O reformismo e o PSTU defenderam a posição contraditória e demagógica de apoio aos saques e ao assistencialismo. 3) Em relação às eleições, o debate se deu sobre o apoio ou não a um candidato nas eleições, no caso, Lula. Procuramos mostrar que as organizações de massa são do tipo frente única, que representam os interesses coletivos, devem se colocar pela mobilização (ação direta), e não por apoiar eleitoralmente este ou aquele candidato. Concretamente, o reformismo tem jogado um papel de contenção, fragmentação e divisão das lutas, negando-se a combater o plano neoliberal de conjunto, na verdade apresentando-se como preservador de seus pontos essenciais. O apoio à frente ampla de Lula significa apoiar um programa de governo que manterá os aspectos centrais do plano de FHC, que destrói o ensino público. Chamar à unidade frentista eleitoral com o reformismo, como faz o PSTU, ajuda a preservar as ilusões no petismo e esconde seu papel atual.

No ponto educação, o centro do debate ocorreu ao redor das chamadas "parcerias com o capital privado". A direita as defendeu abertamente. Polarizou com as posições claramente estatistas da tese Poder Estudantil, que conseqüentemente defendeu o fim do ensino privado através das estatizações sob controle da comunidade universitária. Entre uma e outra se colocaram posições de admissão do capital privado, sob um controle completamente inviável. Esta sim é uma posição fora da realidade.

O tema Universidade e Sociedade foi introduzido para debater a extensão assistencialista. Os delegados da tese Poder Estudantil procuraram trazer o debate para o papel que a universidade ocupa numa sociedade dividida em classes sociais em luta, para a estrutura de poder universitária e para a questão da autonomia universitária. Mostramos que a extensão não deixará de ser assistencialista/paternalista com a universidade sob controle da buro-

cracia universitária e a serviço dos capitalistas. Tudo depende de se alcançar a soberania da assembleia universitária, que opõe a comunidade universitária à burocracia, governo e burguesia. Enquanto isso, o reformismo insistiu em formas de extensão "não-assistencialista", uma abstração subjetivista, que pretende que o caráter da extensão seja dado apenas pela intenção das pessoas vinculadas a ela. A direita limitou-se a defender a despartidarização do movimento. Na verdade, defendeu as posições alinhadas com o governo e seus partidos (PSDB/PMDB/PFL).

No ponto movimento estudantil, debateu-se os métodos de luta (ação direta *versus* pressão institucional), que determinam a discussão. Defendemos que a mobilização só é possível a partir da defesa das reivindicações e do método da ação direta. A via institucional não poderá levar à conquista das reivindicações, e sim à derrota.

Daí o balanço das direções: a UNE, que é dirigida pelo PCdoB, tem se orientado para a via institucional. A perda da independência política é acompanhada da perda da independência econômica, com os acordos com os governos estaduais para a confecção de carteirinhas. O que faz com que a entidade não dependa do apoio dos estudantes às suas propostas, mas dos conchavos com os governos. Por isso é obrigada a burocratizar cada vez mais a entidade, com a introdução dos "filtros" aos congressos etc. A burocratização é um instrumento para impedir a expressão da vontade dos alunos e preservação dos interesses da burocracia di-

Educação



rigente.

Criticamos também o DCE, que se colocou contra a unificação das lutas dos estudantes da USP, ao bloquear a possibilidade de uma assembléia unificada para deliberar pela luta pelas reivindicações comuns. E propusemos que o congresso aprovasse a mobilização unitária.

O movimento estudantil só pode se reerguer a partir da mobilização permanente e sistemática ao redor das reivindicações. Esse é o caminho para a politização, o avanço da consciência e o combate às reformas privatistas e destruidoras do ensino do governo.

Defendemos ainda a reformulação dos estatutos, de modo a que se garantisse a discussão das teses (um mês de debates antes do congresso), e priorização das assembléias como forma de eleição dos delegados.

### Plenária final

Para a plenária final, a comissão de sistematização levou ao debate apenas as propostas apresentadas nas teses ou grupos. As teses em si foram descartadas. O que quer dizer que as resoluções serão aprovadas sem nenhuma avaliação política dos temas debatidos desde a eleição de delegados até os GTs. Restaram apenas as propostas ao movimento, sem nenhuma ligação com as discussões programáticas e de conjuntura.

A maior parte das propostas encaminhadas expressam a polarização entre a tese Poder Estudantil e a direita. Os principais debates se deram ao redor dessas duas posições. O reformismo procurou atenuar as formulações mais à esquerda, para torná-las mais **palatáveis** a um setor privatista enrus-

tido (com maior base na Escola Politécnica). O PSTU agiu como seguidor fiel do reformismo, quando não podia votar junto, colocava-se pela abstenção, mas nunca se chocou com o reformismo durante a plenária.

Destacamos as seguintes votações:

Posição sobre o governo FHC e seu plano - a formulação eleitoreira de "oposição a Covas e FHC: Chega de FHC!" foi derrotada. A formulação de "O Trabalho" de "Fora FHC por ser um governo incompatível com as reivindicações dos estudantes e com a defesa da universidade pública" foi atenuada, acrescentando-se o "Oposição a FHC" no início e viabilizando a sua aprovação. Essa formulação eleitoreira contou com a aprovação de todas as correntes de esquerda, exceto os delegados da Poder Estudantil e alguns independentes. O acordo foi chamado pelo reformismo e voltado ao O Trabalho e PSTU, para evitar que se aprovasse a única posição de combate pela mobilização ao plano e governo FHC, a posição da Poder Estudantil: "Abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC. Organizar a luta nacional e unitária de massa para combater o plano e o governo. Greve geral por tempo indeterminado." Esta proposição foi votada em separado das anteriores, apesar de estar claramente em choque com elas. Vários independentes se colocaram por ela. O PSTU se absteve, chegando a declarar o motivo: que era contra a defesa da greve geral por tempo indeterminado. Que era necessário primeiro uma greve geral de um dia, depois de dois dias, até se alcançar melhores condições para o enfrentamento ao governo. Essa desculpa esfarrapada só serve para envernizar seu apoio à oposição eleitoreira, aprovada anteriormente.

O apoio aos saques - Poder Estudantil formulou pelos GTs a defesa de "Todo apoio aos saques e às ocupações de terra!". A direita, obviamente, radicalizou contra. O reformismo apresentou uma proposta de atenuação da formulação: "Apoio aos saques famélicos e de pressão pela reforma agrária". Os delegados da Poder Estudantil se recusaram a aceitar a nova formulação, que foi a vencedora com o apoio das correntes de esquerda, inclusive o PSTU. Saques famélicos são aqueles admitidos pela legalidade burguesa, não organizados. E a colocação dos saques como de pressão pela reforma agrária os condiciona e contrapõe ao método das ocupações de terra. A votação se deu entre um contraposto a outro. O PSTU e as esquerdas votaram contra o apoio in-

condicional aos saques, contra os saques organizados e limitando-os a simples instrumentos de pressão pela reforma agrária. Abandonaram um princípio elementar de defesa incondicional da vida das massas famintas, em função de seus acordos seguidistas ao reformismo.

Abaixo as reformas do governo etc. - ponto da tese Poder Estudantil aprovado.

Não pagamento da dívida externa. Rompimento com o imperialismo. - este ponto foi reduzido à metade, aprovando apenas o Não Pagamento. Porém, é impossível sem a ruptura com o imperialismo.

### Direita e esquerda unidas contra a revolução proletária

Corretamente, a comissão de sistematização colocou em contraposição a aprovação de um programa de luta pelo Congresso e a apresentação de um programa aos candidatos de partidos de esquerda. Assim, aprovou-se primeiro o eleitoralismo mal disfarçado, em troca da retirada da proposta de apoio explícito a Lula, e em contraposição a um programa de luta. Depois, votou-se o programa a ser apresentado às candidaturas. Nessa parte se deram os acordos entre as correntes para a formulação de um programa mínimo. Depois, todos se uniram para se contrapor à aprovação de um programa de defesa das reivindicações imediatas das massas (anexo) e do socialismo (revolução proletária). A direita esperneou diante da defesa clara da revolução, e exigiu a votação em bloco do programa. A "esquerda" aceitou, comprovando a tese marxista que afirma que sem combater pelo fim do capitalismo não é possível defender sequer as reivindicações imediatas das massas.

Não era de se estranhar a direita espernear. Sua função no congresso é defender os interesses dos capitalistas, do parasitismo financeiro, da privatização do ensino, dos capitalistas que exploram a educação. Mas a esquerda, que se apresenta como defensora da universidade pública e "socialista" mostrou o conteúdo real de sua política ao se contrapor raiovemente contra a defesa das reivindicações e da revolução. O PSTU ficou envergonhado e se absteve, declarando que esse programa era para ser defendido dentro do partido. Está aí a concepção de seita: o programa é apenas para a militância, não para ser levado às massas. A verdade é que é o verdadeiro programa que se leva às massas e este é centrista, seguidista do reformismo.



Entendemos que somente é possível combater conseqüentemente pelas reivindicações das massas se percebemos que sua solução só pode ser alcançada plenamente por meio da revolução proletária. E que as massas precisam encarnar o programa que parte de suas reivindicações mais imediatas, passando pelas tarefas democráticas não cumpridas pela burguesia e levando ao socialismo. Faz parte da luta por este objetivo que as organizações de massa encarnem a política revolucionária. Esta é uma das tarefas mais importantes do partido revolucionário. A burguesia encabeça a luta contra o posicionamento político das organizações de massa, contando com a ajuda contra-revolucionária de setores da esquerda. Estes são os falsos socialistas, de quem Marx tanto quis se diferenciar quando debatia o nome do Manifesto Comunista.

• O esquerdismo do PSTU em relação a Cuba - A proposição do PSTU "Cuba sim! EUA e Fidel não!" foi tema de debate. Trata-se de uma formulação esquerdista, sectária, que não distingue a burocracia castrista do imperialismo. Diante do ataque do imperialismo a Cuba, é tarefa elementar a defesa incondicional. A incompreensão desse princípio marxista elementar prova mais uma vez que

não se trata de um partido revolucionário.

### Educação: esquerda contra o Manifesto Comunista

O primeiro ponto a ser votado foi a defesa da bandeira estratégica: "Pelo ensino público, gratuito, laico, único, vinculado à produção social", como defendia Poder Estudantil, ou sem as palavras único e vinculado à produção social. O ensino único é aquele em que não há convivência entre o ensino público e privado, este é extinto. A luta pelo ensino ligado à produção social está ligada ao combate pelo fim do capitalismo, que impõe a separação entre teoria e prática. A esquerda (inclusive o PSTU) votou em bloco contra esse princípio marxista elementar, presente inclusive no Manifesto Comunista.

A bandeira de "universidade ao lado dos explorados contra os exploradores" também foi rechaçada pela esquerda.

Abaixo a reforma privatista e destruidora da educação. Mais verbas para a educação. Livre acesso para todos. - essa foi a resolução aprovada, modificando a proposta da tese Poder Estudantil, que incluía o fim do ensino privado através da estatização e o fim dos vestibulares. Trata-se de uma contradição, pois como será possível

haver livre acesso para todos com a permanência do vestibular excludente?

Fim das parcerias com empresas privadas. A universidade deve ser sustentada exclusivamente pelo Estado. - essa formulação contrapunha-se às da direita, que defendia abertamente as parcerias com o capital privado. Diante de um plenário dividido, a esquerda propôs a formulação "financiamento estatal da universidade pública", uma expressão ambígua, que a direita exigiu votar em favor, e em separado das suas propostas de parceria. A mesa manobrou e colocou uma contra as outras, imprimindo um conteúdo estatista à formulação ambígua. Sua aprovação permite porém que se a utilize em favor da luta contra a privatização.

Luta pela probidade e efetivo cumprimento da carga horária mínima de horas semanais dedicadas à universidade. - essa formulação coloca os estudantes contra os professores,

Educação



## Este foi o ponto que uniu a direita e esquerda contra a revolução e contra as reivindicações das massas:

*Observação: os pontos entre colchetes foram desmembrados em outros itens pela sistematização.*

Que o Congresso da USP aprove e defenda o seguinte programa:

- Salário Mínimo Real (hoje em torno de 1800 reais), reposição de todas as perdas e escala móvel de salários.

- Fim do desemprego: estabilidade no emprego para todos, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, divisão do trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar (escala móvel das horas de trabalho).

- Terra para quem nela mora e trabalha (aos sem-teto e sem-terra). Fim do latifúndio. Em defesa das ocupações de terra. Pela autodefesa. Fim das perseguições às lideranças. Pela aliança operário-camponesa.

[- Fim das privatizações. Reestatização das já estatizadas, sob controle operário.]

- Abaixo os impostos sobre os assalariados. Que somente os capitalistas paguem imposto. Fim dos subsídios aos bancos. Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores.

[- Não pagamento da dívida externa. Rompimento com o imperialismo. Fora com a Alca e o Mercosul.]

- Fim dos segredos comerciais de todas as empresas. Abertura de todos os livros contábeis.

Controle operário da produção.

[- Abaixo a reforma da previdência. Pela aposentadoria por tempo de serviço.]

- Abaixo o sucateamento da saúde. Mais verbas para a saúde pública. Estatização da rede privada, sob controle dos trabalhadores.

[- Abaixo a reforma privatista e destruidora da educação. Mais verbas para a educação. Fim do ensino privado. Fim dos vestibulares. Livre acesso para todos. Estatização da rede particular sob controle da comunidade.]

[- Abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC. Organizar a luta nacional e unitária de massa para combater o plano e o governo. Greve Geral por tempo indeterminado.]

- Solidariedade internacional: apoio aos países oprimidos pelo imperialismo. Fora o imperialismo do Oriente Médio, do Leste Europeu e da África. Pelo direito à autodeterminação. Que as nacionalidades possam decidir seus destinos sem a ingerência da ONU, marionete americana.

[- Em defesa das conquistas dos países em que ocorreu a revolução. Apoio a Cuba, fim do cerco imperialista.]

- Pela revolução proletária nos países capitalistas, pela revolução política nos países em vias de restauração capitalista, pela revolução mundial socialista, única via para evitar a barbárie imposta pela degeneração do capitalismo.

através do apoio daqueles à campanha governista para que a falta de professores seja compensada com maior carga horária de aulas. A votação foi apertada em favor dessa formulação divisionista e favorável ao oficialismo. "O Trabalho" se absteve, sendo o responsável direto por sua aprovação. Os estudantes precisam entender que é necessário combater a reforma do governo, e esta se expressa de diversas formas, entre as quais a pressão por mais horas de aula e as avaliações, que servem às demissões e arrocho salarial (gratificações para poucos e reajuste

zero para a maioria).

Defesa da autonomia universitária e não à farsa da autonomia da gestão financeira. - ponto defendido pela Poder Estudantil e aprovado por unanimidade.

Estatização *versus* aumento progressivo de vagas públicas - *Poder Estudantil versus O Trabalho*. Essa corrente pseudo-trotskista julga ser possível a ampliação progressiva de vagas no ensino público superior, sem um confronto com o ensino privado. Obviamente, esse plano passa pela eleição de um governo reformista, que jamais será capaz de acabar com o ensino privado, nem mesmo devagarinho. O caminho para se chegar ao ensino público para todos passa pela luta pela estatização sob

controle da comunidade, pelo confronto aberto com o ensino privado, com o governo e os capitalistas.

"Abaixo a LDB" rejeitada - este congresso se colocou pela velha formulação de "por uma nova LDB da sociedade civil", que nada mais é que a luta parlamentar pela modificação da Lei de Diretrizes e Bases. A negação ao combate à LDB expressa que o congresso se colocou contra a tática da ação direta e em favor da pressão institucional.

A plenária final continuará no dia 20 de junho, com os temas Universidade e Sociedade e Movimento Estudantil.

educação

Transcrevemos abaixo o programa que serviu de base para a formação de uma frente para eleição de delegados ao 5º Congresso de Estudantes da USP. Tal frente que propusemos nada mais é que a expressão da frente de luta que atuou na prática nas mobilizações da FFLCH nos últimos três meses. A corrente "O Trabalho" se negou a participar da mesma, adotando uma posição de divisão claramente oportunista (não sobre a base de divergências, mas para caça de votos). O PSTU havia recusado a frente até poucos minutos antes do término do prazo para inscrição, mas recuou sob pressão de suas bases e dos independentes. Mas não se empenhou em divulgar o programa aprovado (não reproduziu o manifesto para a campanha). Preferiu atuar privilegiando materiais próprios, nos quais se esforçava para se diferenciar do programa da frente, com sua defesa da tal da frente classista dos trabalhadores e da proposta de que o reformismo rompa com os partidos da burguesia. Na prática, sua participação numa frente de luta contra o reformismo na USP (progressiva) está em total contradição com a política nacional (seguidista do reformismo).



## **5º CONGRESSO DE ESTUDANTES DA USP - ELEIÇÃO DE DELEGADOS NA FFLCH VOTE NA CHAPA DA MOBILIZAÇÃO POR UM CONGRESSO DE LUTA ESTUDANTIL CONTRA A REFORMA EDUCACIONAL DE COVAS/FHC**

### **APRESENTAÇÃO**

Os alunos da Chapa da Mobilização, candidatos a delegado para o Congresso dos Estudantes da USP, apresentam aos estudantes uma chapa conjunta. A razão é que, mesmo tendo divergências políticas, e em função disso inscrevendo teses expostas a todos, estiveram juntos nas assembleias e passeatas que se protagonizaram durante o 1º semestre de mobilizações na Letras e em toda FFLCH. São os mesmos estudantes que passaram em sala de aula para convo-

car a assembleia e o ato no vão livre de História. São os mesmos que foram em passeata e fecharam a rua Alvarenga. São os mesmos que foram ao CCA para defender a assembleia geral estudantil e o apoio às greves das universidades federais. São os que foram ao ato da UNE no dia 02 de abril com uma faixa denunciando a campanha pacifista da direção da UNE. Enfim, são os mesmos que se posicionaram pela unidade da luta estudantil com os professores e funcionários em um movimento conjunto da comunidade universitária

contra a reforma educacional e a burocracia universitária. São os que estão em frente única a partir da defesa da mobilização.

**A CRISE NA USP É RESULTADO DA REFORMA EDUCACIONAL, QUE É PARTE DA REFORMA NEOLIBERAL DE COVAS E FHC.**

A falta de professores, de funcionários, a precariedade da assistência estudantil, o rebaixamento salarial dos servidores, o corte nas bolsas de pesquisa, são os reflexos das políticas destruidoras da univer-

sidade pública implementadas pelos governos estaduais e federais. Os alunos, diretamente atingidos, não têm outra saída a não ser sair em mobilização em defesa de suas reivindicações. É a partir deste eixo de luta que podemos potencializar o movimento estudantil, que tende a se chocar com as políticas dos governos e da burocracia universitária. Os estudantes da Chapa da Mobilização entendem que a luta pelas reivindicações imediatas dos estudantes não têm outro caminho que não seja o de se transformar em luta mais geral de todos os estudantes universitários, professores e funcionários, contra as reformas educacionais. E que a luta contra a reforma educacional tem de expressar um movimento mais geral contra todas as reformas do governo FHC.

### DEFESA DO MÉTODO DA AÇÃO DIRETA

Os estudantes da Chapa da Mobilização entendem que nenhuma outra via que não seja a da ação direta dos estudantes com os demais trabalhadores poderá barrar as reformas educacionais e neoliberais dos governos estaduais e federais. Por ação direta entendem que são todos os métodos de luta próprios dos explorados, como a mobilização, a paralisação de aulas, a greve estudantil, as passeatas e manifestações públicas. Neste sentido, opõe os estudantes que defenderam e participaram da mobilização através das assembleias e paralisações de aula às direções estudantis que sabotaram a unificação, condição necessária para desenvolver a mobilização. A começar pela maioria da diretoria do DCE, que não se propôs a organizar e defender a assembleia geral estudantil e a luta geral de todos os estudantes contra o corte de verbas. A terminar pelas diretorias dos Centro Acadêmicos que votaram contra a proposta de assembleia e mobilização nos CCAs em que foi defendida.

### DEFESA DA DEMOCRACIA ESTUDANTIL

Os estudantes da Chapa da Mobilização são os que defenderam, na ocasião em que se votou o regimento do atual congresso, o critério que privilegia a tirada de delegados para o congresso dos estudantes da USP em assembleia, e não em urna. A razão é que a assembleia se dá através da mobilização, em que o estudante mobilizado terá necessariamente que debater o programa em que votará. Desta forma, os integrantes da chapa se opõem diametralmente ao critério

defendido e adotado pela maioria da atual direção do DCE e CAs não mobilizados (privilegio pela votação passiva, em urna). Defendemos também a liberdade para que qualquer aluno inscrevesse tese, contra o critério do mínimo de 15 nomes, que beneficia apenas aos partidos e correntes. Ao contrário, o critério dos 15 nomes e a tirada de delegados em urna se dá em detrimento da discussão política e da mobilização. Os integrantes da chapa defendem a democracia dos estudantes, que se expressa através das assembleias soberanas, dos congressos de luta e de massa, das assembleias gerais estudantis etc. Estes instrumentos devem ter preferência aos instrumentos em que o aluno participa passivamente. Neste sentido, se coloca pela revogabilidade do mandato de qualquer diretor de CA ou DCE, e também pela tirada de comandos de mobilização com poderes delegados pela assembleia estudantil, aos quais as direções estudantis devem se subordinar.

### CONTRA UM CONGRESSO PROPOSITIVO: POR UM CONGRESSO DE LUTA ESTUDANTIL

A direção do DCE e dos CAs que votaram contra a assembleia geral e a mobilização no últimos CCAs propõem aos alunos que o congresso dos estudantes discuta "proposições" às imposições aplicadas atualmente pelos governos e burocracia universitária. Isto significa que não será um congresso que oponha os alunos às reformas dos governos, mas que propõe passivamente alternativas a esta política. Os estudantes da Chapa da Mobilização entendem que a única alternativa para os estudantes é a luta, ou seja, a mobilização conjunta dos professores, funcionários e alunos, pela imposição de suas reivindicações. Temos aprendido que a alternativa proposicionista acaba culminando em acordos traidores com a burocracia universitária e os governos. Quando não, desarma os estudantes, que ficam esperando que se adote a "proposição" enquanto se aplica as imposições. Quem não sabe o resultado das "propostas" do CA da ECA quando no curso estava faltando professores? Eles aceitaram uma promessa de conseguir conferencistas e de pressão sobre os professores para um maior tempo em sala de aula, em troca do fim da mobilização. Um congresso de luta estudantil tem no seu centro as reivindicações, que só poderão ser atendidas com mobilização. Esta se dá em choque contra a burocracia universitária e sua política.

## PLATAFORMA DE REIVINDICAÇÕES

Contratação e reposição imediata de todos os professores e funcionários necessários para o funcionamento dos cursos.

Fim das restrições às matrículas. Garantia de vagas para todos. Abaixo o sistema Júpiter.

Congelamento das reformas curriculares em curso.

Mais verbas para a educação (11,6% do ICMS para as universidades paulistas). Que o Estado financie plenamente a educação, de acordo com as necessidades estabelecidas pela comunidade universitária, sem nenhuma ingerência sobre ela.

Atendimento das reivindicações salariais dos professores e funcionários.

Abaixo as medidas de privatização da universidade. Fora com as "parcerias" com o capital privado. Estatização das fundações. Financiamento da universidade exclusivamente pelo Estado. Abaixo a LDB, o PNE e a PEC370. Ensino público e gratuito para todos; fim do ensino privado (estatização das escolas privadas sob controle da comunidade).

Pela real autonomia universitária: fora com a burocracia marionete dos governos e capitalistas. Universidade sob governo tripartite, subordinado à assembleia universitária (alunos, professores e funcionários). Eleição de todos os cargos com revogabilidade de mandato.

Abaixo os planos de destruição do ensino. Abaixo a reforma educacional de Covas/FHC.

Abaixo as reformas da previdência e administrativa.

Abaixo as reformas neoliberais e pró-imperialistas de FHC.

**FFLCH, 29 de maio de 1998**  
**Chapa da Mobilização**

educação



## MAIORIA DA DIREÇÃO DO DCE E CAS DESMOBILIZADOS IMPÕEM RECUO À MOBILIZAÇÃO.

Educação

Desde o início do ano letivo, os estudantes do curso de Letras da USP têm se mobilizado pela reivindicação de mais verbas para contratação de professores. Ao todo, foram mais de cinco assembleias de curso, uma manifestação com ocupação da reitoria, um ato e uma assembleia geral de toda a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). As paralisações de aula e arrastões na faculdade foram constantes, demonstrando o descontentamento dos alunos com a falta de professores e verbas para o ensino público. Apesar de toda a disposição de luta demonstrada, o movimento não conseguiu romper os obstáculos impostos pelas direções estudantis,

que, ao não mobilizar os alunos dos outros cursos, acabaram isolando a luta de um curso que projetou as reivindicações mais gerais de defesa da universidade.

Cientes da necessidade de generalização do movimento, desde o primeiro momento a proposta de assembleia geral estudantil foi apoiada nas assembleias do curso de Letras. Percebiam os alunos que a não contratação de professores é uma diretriz mais geral traçada desde cima, da cúpula do governo federal, passando pelo governo estadual e sendo apoiada e aplicada pela burocracia universitária, casta parasitária composta de professores que apóiam as políticas dos governos de plantão.

Nos dois CCAs em que foi submetida à aprovação, as direções estudantis sabotaram de todas as formas a organização mais geral dos estudantes. No primeiro, deixaram que fosse aprovada a assembleia geral sem que a mesma fosse convocada. No segundo, alegaram desavergonhadamente que os alunos não queriam a mobilização, sem mesmo consultá-los sequer nas assembleias de suas unidades.

A mobilização pela defesa das contratações dos professores demonstrou-se indissolúvelmente ligada à defesa de mais verbas para a universidade. A defesa da universidade, por sua vez, dependia da expansão dos movimentos que ocorreram a partir do curso de Letras e em toda FFLCH para os demais cursos da USP e da sua elevação a um movimento geral da comunidade universitária (professores, funcionários e alunos) contra as reformas educacionais.

A política de isolamento das lutas aplicada pelas direções acabou impondo um recuo às mobilizações do curso de Letras, que ficaram sem perspectiva. Estas devem ser retomadas na medida em que se aprofunde as reformas educacionais aplicadas pelo governo. Contra a política de destruição da universidade são necessárias as medidas de resistência dos alunos, que deverão substituir as suas direções burocráticas e imobilizadas por direções de luta, comprometidas com um programa de defesa da universidade. A tarefa colocada é trabalhar para criar as condições de retomada das lutas.

## Indonésia: Crise e barbárie

O balanço de 1.188 mortos resultantes das manifestações populares na Indonésia mostra bem a época de barbárie em que vivemos. A crise econômico-financeira atingiu em cheio a vida das massas. Em tempos normais, a exploração da força de trabalho é violenta.

O que significa concentrar capitais nas mãos de uma minoria e ampliar a pobreza da maioria. O capital imperialista se vale dessas condições para penetrar no país semi-colonial e saqueá-lo. A Bolsa é o cassino desse capital. E o endividamento

é a forma de usurpação mais comum.

A quebra industrial e bancária devido ao esgotamento desse processo faz com que os credores internacionais se retirem do cassino e assim ampliam a bancarrota. Vem o FMI e impõe condições para novos empréstimos, cuja função é de proteger justamente o capital imperialista. As reformas exigidas conduzem à ampliação do desemprego, ao rebaixamento salarial da maioria e facilitação para nova investida do capital financeiro. As massas estão obrigadas a saírem para as ruas.

Em tempos de crise social, o governo se vale do poder das armas. A ditadura de classe da burguesia se expõe cruamente. A carnificina é a solução para se manter a ordem capitalista. A barbárie da fome se combina com a barbárie das armas.

Finalmente, o governo (de Suhar-

to) é afastado por sua própria camarilha, de forma a conter a revolta dos trabalhadores e da juventude estudantil. Os algozes do povo ficam protegidos. São governo, parlamentares, partidos, juizes e generais. Todos a serviço do capital. Prepara-se assim as condições para novas chacinas.

Enquanto o proletariado não se organizar em partido revolucionário para tomar o poder, continuará imperando a barbárie. O que se passa na Indonésia se repetirá em outras partes do mundo.

O Brasil não está livre dessa situação. Organizar o partido é a tarefa da ordem do dia para vencer a humanidade contra a barbárie. A humanidade começa pela revolução proletária. Os trabalhadores do mundo inteiro devem aprender essa lição com os acontecimentos da Indonésia.



Internacional

# A luta revolucionária na Bolívia

Publicamos em atraso essa matéria do Jornal Massas, do POR boliviano, com o objetivo de assinalar a importância do início do conflito e sua ligação com a greve geral de dois dias em março. A crescente agudização da luta de classes marca a situação política na Bolívia. O POR tem se posicionado pela organização do combate direto ao Estado, procurando acompanhar as tendências insurrecionais existentes no seio dos explorados. O que quer dizer desenvolver a luta direta dos explorados sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias e a da tática voltada à conquista do poder.

O governo, por sua vez, tem o POR na alça de sua mira. Não é por outra razão que vem atacando os dirigentes poristas da Federação dos Mestres de La Paz, que tem se destacado pela aberta luta política contra o governo antinacional e antipopular.

Nossos adversários de esquerda primam por atacar o POR por todos os lados e cantos. No Brasil, não poderiam faltar tais "críticos", afinal são ressonâncias dos revisionistas do trotsquismo de outras latitudes (pablismo, morenismo etc). Já é conhecida entre nós o desprezo como o POR boliviano trata seus detratores de esquerda. Para muitos isso incomoda. É que não se dão conta de que o POR tem uma longa tradição de luta teórica e ideológica contra os revisionistas que campeiam pelo mundo.

O POR boliviano chama os nossos mais próximos adversários, mais próximo no tempo, de "cacatuas". Termo esse pouco usado em nosso idioma, cujo sinônimo é papagaio. Os antigos adversários pablistas (refere-se ao já falecido chefe do revisionismo da IV Internacional) diziam que o POR era nacionalista. Embora as posições trotsquistas do POR mostram o contrário, continua-se a passar de pai para filho, netos e bisnetos tal fábula.

Cada corrente que necessita se autoafirmar vai no baú buscar o tal do nacionalismo. Se o POR não se curva diante de seu atraso, imperícia e infantilismo, então este é nacionalista. Agora mesmo, acaba de sair um longo artigo da LBI sobre a Bolívia, uma corrente que pouco sabe do que fala. Sua finalidade é baixar o porrete no POR. Os cacatuas foram copiar a idéia de que o POR é uma seita, que caracteriza a Bolívia de situação revolucionária com tendência insurrecional. Copiaram de um grupeto boliviano e possivelmente do Comitê Construtor do POR argentino. Este último é membro do Comitê de Enlace e que está num franco processo de ruptura conosco. Como se vê, os cacatuas pululam por todos os galhos.

Enquanto isso aprofunda-se a crise do regime político na Bolívia e a luta de massa torna-se mais e mais cruenta. Nesse meio, o POR empunha a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

## Bolívia em Luta

### Greve Geral por tempo indeterminado na Bolívia: repressão e ameaça de Estado de Sítio

Desde o último 1º de abril na Bolívia ocorre uma greve geral por tempo indeterminado convocada pela Central Operária Boliviana (COB). A greve atual esteve precedida por outra de 72 horas, que ocorreu entre 16 e 18 de março, e ambas têm como objetivo principal a luta pelo plano de reivindicações da COB que visa atenuar a extrema miséria em que vivem os trabalhadores e camponeses bolivianos.

O conflito tem se estendido por todo o país, alcançando os pontos altos do enfrentamento na capital, La Paz, e na zona cocaleira de El Chapare.

#### Repressão sangrenta

Na tradição dos conflitos bolivia-

nos, ocupam um lugar central os bloqueios de estrada, haja vista a existência de grandes espaços quase desabitados. Ao iniciar a greve se têm produzido vários bloqueios que se estendem por Sucre, Tarija, Potosi e La Paz, e que adquiriu especial incidência no trecho Cochabamba - Santa Cruz que atravessa El Chapare, onde se encontram detidos centenas de ônibus e pessoas. No final do dia 6 de abril, a violenta resposta do exército nesta zona custou a vida de 7 camponeses, incluindo um menino.

Em La Paz, no dia 3, os enfrentamentos nos bairros populares do norte entre as forças combinadas do exército e da polícia contra os manifestantes encabeçados pelo magisté-

rio rural da província deixaram um saldo de quase 50 feridos, muitos deles à bala, incluindo 2 professores em estado grave: um em coma e outro com amputação de uma perna por ferida de arma de fogo.

Que se atendam as reivindicações dos trabalhadores

O Comitê de Solidariedade com os Trabalhadores(as) Bolivianos reivindica do Governo boliviano que cessem a repressão e que se aten-

Internacional



da o Plano de petições da COB, onde entendemos que estão contidas as medidas mínimas para a subsistência de uma população que enfrenta uma situação de grave miséria.

Exigimos que cesse a repressão e as mortes, e que se investigue e julgue seus causadores.

### O Partido Operário Revolucionário na Berlinda

A convulsão social não tem sido solucionada, a incapacidade, debilidade interna da mega-corrupção (aliança governista, n.r.) e a fúria antibanzerista da população, a tem empurrado a uma "fase intermediária" curiosa,

que para todos quer dizer "passar em revista as armas".

O governo não consegue recuperar o comando do timão. Sua mentalidade policial o obriga a "descobrir" os agitadores culpados pelo mal estar social.

Dizemos que o POR está na berlinda dos verdugos do povo porque nos canais de TV 2 e de ATB têm dito em voz alta o seguinte:

1) Hoz de Vila disse: "Veremos se eu ou o trotskismo vence".

2) O radicalismo trotskista é o culpado de todo o mal estar social.

Assim se vem preparando a repressão dos movimentos operário e revolucionário

Banzer tem um complô que prepara a repressão (a margem do Ministério de Governo) e a orientação política, que é a maçonaria que às vezes se disfarçam de organizações

cívicas.

O Núcleo que estuda e orienta no campo político - um dos quais os tentáculos se orientam até o esmagamento repressivo de certos setores e elementos opositores - é o loja maçônica "militarista" Masical Andres de Santa Cruz.

Com a finalidade de projetar-se a vastos setores sociais, o Banzerismo conta com os serviços da ação cívica boliviana.

Estas organizações não são somente políticas, sem que constituam sobretudo uma forma corrupta para acobertamento de mercenários que recebem boas somas de dinheiro, os melhores postos no aparato estatal e amparo para realizar seus negócios sujos.

Unicamente resta uma resposta: profunda e ampla mobilização das massas para paralisar a repressão.

## Índia e Paquistão têm direito à bomba atômica

Depois da Índia realizar seus teste nucleares, foi a vez do Paquistão. São dois países semicoloniais e extremamente pobres se comparados com as potências. Desde 1947, quando a Índia tornou-se independente da Inglaterra, os dois países passaram a disputar o território de Caxemira. Em 1971, realizaram a terceira guerra. E Caxemira permaneceu em poder da Índia. Os dois países continuaram a se armar um contra o outro. Com apoio da China, o Afeganistão também desenvolveu o armamento atômico.

A ameaça de guerra está presente. As potências imperialistas, utilizando-se desse fato, pretendem brear o domínio por esses países da bomba atômica. Os Estados Unidos iniciaram uma campanha contra a Índia. E, agora, convocam as demais potências nucleares (França, Inglaterra, China e Rússia) a atuarem conjuntamente para que a Índia e Paquistão acatem o acordo de não proliferação atômica. Acordo esse imposto pelo clube atômico, liderado pelo imperialismo norte-americano.

É sabido que a disputa em torno de Caxemira nasceu justamente da colonização imperialista. Mais tarde, por detrás da Índia se colocou a burocracia estalinista; e do Paquistão, a burocracia maoísta; e por cima de

todos eles o imperialismo. As burguesias paquistanesa e indiana, por mais nacionalistas que foram e são, principalmente a indiana, se mostraram incapazes de sustentar a soberania de seus países e de resolverem o conflito de Caxemira sem guerra. Mas impulsionadas pelas circunstâncias desenvolveram primariamente o ciclo nuclear e chegaram à bomba.

O imperialismo tem conhecimento de que tal domínio ainda é limitado e pretende que a Índia e o Paquistão se curvem perante o tratado de não proliferação. A China é exortada a intervir para segurar o Paquistão. E a Índia, que dá ares de soberania, está sendo pressionada para que aceite uma intermediação forânea. A China acusa a Índia de ameaçar o equilíbrio estratégico no sul da Ásia.

O governo indiano sabe que a pendência em torno de Caxemira não se resolverá pacificamente. E o Paquistão mais débil aceita o intervencionismo externo.

Qual é a conclusão que se pode extrair de tal situação? Em primeiro lugar, que é preciso rejeitar qualquer interferência do imperialismo. Segundo, que a disputa sobre Caxemira diz respeito aos dois países. Terceiro, que somente a unidade revolucionária das massas operárias e camponesas indianas e paquis-

tanesas poderá resolver pacificamente o choque em torno de Caxemira.

Através da luta antiimperialista, as massas exploradas poderão alcançar a unidade e avançar sua independência em relação ao nacionalismo burguês. Tanto no Paquistão quanto na Índia a burguesia procura arrastar os oprimidos tendo por motivo o território de Caxemira. Enquanto perdurar essa situação, o armamentismo não estará voltado contra o imperialismo.

Defendemos o direito dos países semicoloniais se armarem soberanamente. Trata-se de uma posição antiimperialista. Neste aspecto, nossa defesa é incondicional. O que quer dizer rechaçar qualquer interferência das potências, que o fazem para continuar explorando e oprimindo as débeis nações. Entretanto, a luta antiimperialista objetiva desenvolver as condições para a revolução proletária, sem a qual não se poderá romper com a opressão imperialista.

Sem se livrar do nacionalismo e derrotar a burguesia, nenhum dos problemas essenciais, como o conflito está apresentando, poderá ter solução definitiva. Esta deve ser a conclusão estratégica do proletariado internacionalista.

